



BANCO XP S.A.
CNPJ 33.264.668/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da administração: Prezado leitor, Submetemos à apreciação de V. S. as Demonstrações Financeiras do Banco XP S.A. ("Banco XP") relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Perfil Corporativo:** O Banco XP foi constituído em 2019 como uma instituição financeira no Brasil. Em outubro de 2019, o Banco Central do Brasil autorizou o Banco XP a operar como um banco múltiplo, tanto com atividades de banco comercial quanto de banco de investimento, bem como para realizar operações no mercado de câmbio. A maior parte dos produtos de empréstimo oferecidos aos seus clientes são totalmente garantidos pelos investimentos dos clientes na plataforma XP. Além disso, há um produto de crédito estritamente relacionado aos investimentos dos clientes em certificados de operações estruturadas, em que o tomador é capaz de operar alavancado, mantendo a própria nota estruturada como garantia do empréstimo. **Destaques do período: (i) Aquisição do Banco Modal:** Em 6 de janeiro de 2022, o Grupo celebrou um acordo vinculante para adquirir até 100% das ações do Banco Modal, através do Banco XP, que seria pago com até 19,5 milhões em novas ações XP Inc. Classe A ou Brazilian Depository Receipts (BDR), implicando em um prêmio de 35% sobre o preço médio dos últimos trinta dias do Banco Modal. As empresas compartilham o objetivo comum de superar as expectativas dos clientes e democratizar o acesso a produtos e serviços financeiros de alta qualidade e baixo custo. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em julho de 2022 e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em junho de 2023. O fechamento da transação ocorreu em 1º de

julho de 2023, data esta na qual o Grupo obteve o controle do Banco Modal S.A. Nesta mesma data, o Banco XP pagou aos ex-acionistas do Banco Modal com 18,7 milhões de BDRs da XP Inc. Esse montante reflete o montante inicial de 19,5 milhões de BDRs ajustado pelos juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 82 milhões, distribuídos pelo Banco Modal desde que o acordo vinculante foi assinado até a data do fechamento da transação. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2024, o Banco modal iniciou o tombamento de suas operações e migração dos contratos existentes para o Banco XP, aumentando assim a integração de sua carteira clientes a ampla gama de produtos e serviços financeiros comercializados pela XP. **(ii) Reorganização societária:** No ano de 2023, o Grupo XP iniciou uma reorganização em sua estrutura societária envolvendo o Banco XP S.A. A reorganização tem por objetivo melhorar a estrutura corporativa e a gestão de capital e de caixa do Grupo e do Conglomerado Prudencial XP. Em 14 de novembro de 2024 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil a participação societária direta na XP Investimentos S.A. e a reorganização societária foi concluída. **Desempenho financeiro:** Os ativos totais alcançaram R\$ 195,1 bilhões ao final de dezembro de 2024, crescimento de 70% em 12 meses, em decorrência do crescimento dos produtos do Banco, impactando todos seus ativos financeiros. Além disso, tivemos crescimento de investimentos devido a reorganização societária. O Patrimônio líquido totalizou R\$ 107,7 bilhões em dezembro de 2024. **Carteira de Crédito:** Nossa carteira de crédito atingiu R\$ 28 bilhões em ativos em 31 de dezembro de 2024. Devido ao fato de a maior parte dessa carteira de crédito ter garantias que superam o crédito concedido, minimizamos as necessidades de capital para crescimento e diminuímos

risco de perdas financeiras nas operações. Nossa carteira é financiada principalmente pela emissão de Notas Estruturadas (COEs), Certificado de Depósitos (CDBs) e Letras Financeiras (LFs), que são distribuídos aos clientes em nossa própria plataforma, através da XP CCTVM. **Captação:** O total de captações atingiu R\$ 91,4 bilhões em dezembro de 2024, apresentando um aumento de R\$ 34,4 bilhões em 12 meses. **Capital Regulatório:** O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial atingiu 11,55% em dezembro de 2024. **Regulação - BACEN - Circular N° 3.068:** Declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados como "Mantidos até o vencimento", no montante de R\$ 2,4 bilhões, representando 3,6% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024. **Apresentação das Demonstrações Financeiras:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as informações do Banco XP relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis n° 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2º SEMESTRE DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

BALANÇO PATRIMONIAL			Passivo			
Ativo	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023
Disponibilidades		2.707.370	1.602.694	Passivos financeiros	167.999.666	104.999.575
Ativos financeiros		162.280.267	103.528.520	Depósitos	12	56.109.946
Títulos e valores mobiliários	5	48.403.870	37.066.589	Obrigações por operações compromissadas	4	38.367.572
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	54.854.489	31.626.302	Instrumentos financeiros derivativos	6	22.589.117
Instrumentos financeiros derivativos	6	18.228.258	5.547.330	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	34.565.750
Operações de crédito	8	28.049.424	27.816.119	Carteira de câmbio	9	2.443.426
Depósitos compulsórios e voluntários no Banco Central do Brasil	10	10.617.536	518.001	Obrigações com empréstimos	14	1.666.432
Carteira de câmbio	9	2.126.690	954.179	Outros passivos financeiros	15	12.257.423
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		8 (358.025)	(225.894)	Obrigações fiscais e previdenciárias		11
Ativo fiscal diferido		16 16.606.989	7.658.427	Outros passivos	10	200.459
Outros ativos		10 1.965.742	211.968	Passivo fiscal diferido	16	16.086.474
Investimentos		11 11.837.363	2.107.899	Total do Passivo	17 184.318.033	112.813.900
Imobilizado de uso		4.758	4.758	Patrimônio líquido	17 10.782.847	2.091.990
Intangível		65.498	21.503	Capital social		10.111.407
(-) Depreciação e amortização		(3.982)	(3.982)	Reservas de capital		133.450
Total do Ativo		195.100.880	114.905.890	Reservas de Lucros		1.355.793
				Ajuste de avaliação patrimonial		(817,80)
				Total do Passivo e Patrimônio líquido	195.100.880	114.905.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reserva de lucros				Ajustes de avaliação	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	600.000	26.157	16.021	304.391	(118.151)	828.418	
Aumento de capital (Nota 17)	1.000.010	-	-	-	-	1.000.010	
Outorga de plano baseado em ações (Nota 25)	-	67.428	-	-	-	67.428	
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	291.114	291.114	
Prejuízo	-	-	-	-	(94.980)	(94.980)	
Destinação do prejuízo	-	-	-	(94.980)	-	94.980	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.600.010	93.585	16.021	209.411	172.963	2.091.990	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.600.010	93.585	16.021	209.411	172.963	2.091.990	
Aumento/(Redução) de Capital (Nota 17)	8.511.39	-	-	-	-	8.511.397	
Outorga de plano baseado em ações (Nota 25)	-	380.300	-	-	-	380.300	
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(1.646.077)	(1.646.077)	
Efeitos reorganização societária (Nota 17)	-	(340.435)	-	221.457	536.311	536.333	
Lucro líquido	-	-	-	-	908.904	908.904	
Destinação do resultado	-	-	45.445	863.459	-	(908.904)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.111.407	133.450	61.466	1.294.327	(817.803)	10.782.847	
Saldos em 30 de junho de 2024	8.002.691	230.472	16.021	388.725	(330.319)	334.946	
Aumento/(Redução) de Capital (Nota 17)	2.108.716	-	-	-	-	2.108.716	
Outorga de plano baseado em ações (Nota 25)	-	50.207	-	-	-	50.207	
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(875.846)	(875.846)	
Efeitos reorganização societária (Nota 17)	-	(147.229)	-	42.143	388.362	283.276	
Lucro líquido	-	-	-	-	573.958	573.958	
Destinação do resultado	-	-	45.445	863.459	-	(908.904)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.111.407	133.450	61.466	1.294.327	(817.803)	10.782.847	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: O Banco XP S.A. (Banco XP), é uma Instituição Financeira constituída na forma de sociedade por ações fechadas, sediada na Av. Afrânio de Melo Franco, n° 290, sala 708, Leblon, Rio de Janeiro, O Banco XP atua na atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, que são as operações ativas, passivas e acessórias inerentes às características de banco comercial, de investimento e câmbio. O Banco XP é controlado da XP Control 3 S.A., uma holding controlada diretamente pela XP Inc. e indiretamente pela XP Control LLC, que detém em conjunto 70,43% dos direitos de voto e cujo controle final é um grupo de indivíduos. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 1) **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras do Banco XP, que são de responsabilidade da Administração, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), advindas das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen, dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados em normas do CMN ou do Bacen e da legislação societária. A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem crédito tributário, a mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos sem mercado ativo ou líquido. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco XP revisa as estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em reais ("R\$") e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2025. **2) Normas com vigência futura: (i) Resolução CMN n° 4.966, de 25 de novembro de 2021 (e normas posteriores):** Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN n° 4.966, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Esta resolução dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), e incorpora os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e substitui, entre outras, a Resolução n° 2.682, a Resolução n° 3.533, a Circular n° 3.068 e a Circular n° 3.082. A Resolução será adotada de forma prospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2025, exceto para contabilidade de hedge que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares: **a) Perdas Associadas ao Risco de Crédito:** A Resolução CMN n° 4.966/21 estabelece critérios relativos à provisão para perdas de crédito, aplicáveis a todos os ativos financeiros, operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas é dividida em três estágios e deve ser implementada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros poderão migrar entre os estágios conforme o aumento ou diminuição de seu risco de crédito. O novo modelo de perda esperada aplica-se a instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), exceto para investimentos em instrumentos patrimoniais. Além disso, esse modelo também se aplica a ativos financeiros avaliados a valor justo (VJR) no nível 1 da hierarquia de valor justo, que sejam títulos privados ou operações com características de concessão de crédito. A norma prevê duas metodologias, a depender do enquadramento do Banco (S1 a S5): completa ou simplificada. O Banco adota o modelo completo. Modelos de Perdas Esperadas - metodologia completa: A nova metodologia requer o reconhecimento de provisões para perdas de crédito desde o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base na expectativa de perda futura. A Instituição deve avaliar a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros considerando, pelo menos, a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, a expectativa de recuperação do instrumento financeiro. O Banco deve alocar os instrumentos financeiros nos seguintes estágios: Estágio 1: são alocados os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial; Estágio 2: são alocados os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio e que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito; e Estágio 3: são alocados os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito. A Administração estima que, em 1º de janeiro de 2025, o patrimônio líquido do Banco XP reduzirá em, aproximadamente, R\$ 13.137, em função da adoção dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN n° 4.966/21 para provisão para perdas de crédito. **b) Instrumentos financeiros para proteção (hedge accounting):** A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em: (i) hedge de valor justo; (ii) hedge de fluxo de caixa; (iii) hedge de investimento líquido no exterior; (iv) Resolução CMN n° 4.975/21, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025: Estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A resolução determina a conformidade com o Pronunciamento Técnico do Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no que se refere ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2025. A Administração estima que, em 1º de janeiro de 2025, o patrimônio líquido do Banco XP reduzirá em, aproximadamente, R\$ 1.320, em função da adoção dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN n° 4.975/21 para a contabilização de operações de arrendamento mercantil. **3. Resumo das políticas contábeis: (a) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de companhias abertas e as operações são registradas no resultado no período que ocorrem e sempre simultaneamente quando se correlacionarem. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades, aplicações em operações compromissadas (posição bancada), e quaisquer outras aplicações de curto prazo, com vencimento igual ou inferior a noventa dias, que possam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos. **(c) Operações de curto prazo:** Operações de curto prazo são aquelas com prazo inferior a um ano, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsa de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. São classificadas, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizações como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular n° 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado. Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular n° 3.068/01 do Bacen, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado. **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado e o ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado. **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado. As operações com instrumentos financeiros derivativos praticadas pelo Banco XP são classificadas de acordo com a intenção da Administração. O valor-base dos contratos dos instrumentos financeiros derivativos são registrados em contas de compensação e não são ajustados a valor de mercado ajustados a valor de mercado no balanço conforme segue: • Os ajustes dos contratos futuros são apurados/pagos diariamente por tipo de ativo e respectivo vencimento e reconhecidos no resultado do período quando auferidos ou incorridos; • As operações a termo são registradas pelo valor de cotação do mercado à vista, sendo as parcelas a receber e a pagar em uma data futura ajustadas a valor presente com base nas taxas de mercado divulgadas pela B3 S.A. e reconhecido no resultado em função do prazo de fluência dos contratos. • Os prêmios pagos ou recebidos nas operações com opções são contabilizados ao custo em contas patrimoniais e ajustados a valor de mercado, com base em modelos de precificação desenvolvidos internamente, em contrapartida ao resultado. • Os ativos e passivos decorrentes de operações com swap são registrados em contas patrimoniais e ajustados a valor de mercado, pelo método do fluxo de caixa descontado pelas taxas divulgadas pela B3 S.A., em contrapartida ao resultado. **(e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Registradas a valor presente, calculadas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. O Banco XP classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito alinhadas com a Resolução CMN n° 2.682/09. Nas operações com cartões de crédito estão incluídos os valores a receber, decedentes de compras efetuadas pelos seus titulares. No cumprimento dessa norma, a Administração da Instituição exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para definição do risco de crédito das contrapartes das operações. **(f) Investimentos:** Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e ajustados posteriormente pelo método da equivalência patrimonial. **(g) Despesas antecipadas:** Referem-se a valores pagos cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de benefício econômico estimado. **(h) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear levando em consideração a vida útil estimada dos bens. **(i) Outros ativos:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(j) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRENGANTE

	2º Sem. 2024	2024	2023
Lucro líquido/(prejuízo)	573.958	908.904	(94.980)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(487.484)	(990.766)	291.114
Variação de valor justo	(802.794)	(1.614.712)	361.592
Efeito fiscal	315.310	623.946	(70.478)
Total do resultado abrangente	86.474	(81.862)	196.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2º Sem. 2024	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	573.958	908.904	(94.980)
Provisão para IR e CSLL diferido (Nota 16)	(196.095)	(266.090)	(294.684)
Resultado com participação em controlada (Nota 11)	(692.944)	(952.110)	(101.658)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 8d)	136.325	288.817	221.316
Depreciações e amortizações (Nota 21)	97.337	198.149	96.818
Outorga de plano baseado em ações	(97.022)	39.865	67.428
Provisão para contingências	956	6.794	2.684
Provisão de juros	17.377	40.742	20.387
Variação cambial	(158.372)	35.769	(41.812)
Baixa de investimentos	1.565	1.565	2.000
Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	(316.915)	302.405	(122.501)
Variação dos ativos e passivos operacionais	16.884.761	14.698.780	4.947.683
Operações compromissadas	6.641.040	(6.121.790)	(5.004.172)
Títulos e valores mobiliários	(4.809.754)	(12.106.776)	(6.559.555)
Instrumentos financeiros derivativos	506.068	2.647.162	1.098.285
Operações de crédito	(2.889.606)	(389.991)	(5.594.226)
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(3.918.413)	(6.077.536)	86.169
Carteira de câmbio	(100.794)	(88.842)	143.930
Outros ativos	(261.052)	2.992.283	1.719.863
Depósitos	19.068.438	26.393.268	9.532.961
Operações de aceites e emissão de títulos	2.701.492	7.538.304	9.242.274
Obrigações fiscais e previdenciárias	(70.658)	(87.302)	282.154
Caixa utilizado nas atividades operacionais	1.974	(603)	(383)
Contingências pagas	(24.358)	(111.643)	(132.207)
Impostos pagos			
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	16.545.462	14.888.939	4.692.592
Fluxo de caixa das atividades de investimento	27.244	656.005	(1.126.667)
Aquisições de investimento (Nota 11)	2.000	-	(1.115.286)
Aquisições de intangível	(29.244)	(43.995)	(6.681)
Aquisições de imobilizado	-	-	(4.700)
Dividendos	-	700.000	-
Caixa líquido utilizado das atividades de investimento	(27.244)	656.005	(1.126.667)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	16.929.252	14.169.630	5.805.199
Aumento de capital (Nota 17)	-	(1.750.000)	1.000.010
Aquisição de empréstimos (Nota 14)	1.666.432	1.666.432	1.251.850
Pag			



BANCO XP S.A.
CNPJ 33.264.668/0001-03

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ações para o participante. As ações recebidas pelos participantes, líquidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis (incluindo impostos retidos na fonte) são creditados diretamente no patrimônio líquido. **(m) Despesas de cashback:** Referem-se ao cashback concedido aos clientes do Banco XP que utilizaram o cartão na funcionalidade de crédito e/ou débito. O valor do cashback corresponde a um percentual do gasto incorrido pelo cliente, a depender do tipo e/ou estabelecimento em que foi realizada a transação. Os montantes concedidos são aplicados em nome dos clientes em um fundo de investimento de baixo risco exclusivo para esta finalidade. Os saldos contabilizados de cashback são registrados na linha de custos operacionais na Demonstração de Resultado. **(n) Resultado recorrente e não recorrente:** A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados, segundo julgamento da administração, como não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 29. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez Aplicações interfinanceiras de liquidez:**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Valor de referência
Operações compromissadas - Posição bancada					
Títulos públicos federais	17.249.125	81.659	-	17.330.784	
Operações compromissadas - Posição financiada					
Títulos públicos federais	32.570.470	299.273	-	32.869.743	
Aplicações em depósitos - interfinanceiros					
Total	4.178.548	381.525	93.889	4.653.962	
	53.998.143	762.457	93.889	54.854.489	

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Valor de referência
Operações compromissadas - Posição bancada					
Títulos públicos federais	8.206.170	8.592.563	-	16.798.733	
Operações compromissadas - Posição financiada					
Títulos públicos federais	5.910.337	5.927.990	-	11.838.327	
Aplicações em depósitos - interfinanceiros					
Total	2.844.379	144.863	-	2.989.242	
	16.960.886	14.665.416	-	31.626.302	

As aplicações em operações compromissadas foram praticadas a uma taxa média de 12,15% a.a. (11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 17.249.125 está sendo apresentado como caixa equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa (R\$ 8.206.170 em 31 de dezembro de 2023).

Obrigações por operações compromissadas

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Valor de referência
Carteira própria					
Títulos públicos federais	-	226.690	947.463	1.174.153	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	120.807	-	-	120.807	
Certificados de Recebíveis Imobiliários	449.953	-	-	449.953	
Debêntures	1.872.378	3.649.377	-	5.521.755	
Outros	4.830	-	-	4.830	
Carteira de terceiros					
Títulos públicos federais	31.096.074	-	-	31.096.074	
Total	33.544.042	3.876.067	947.463	38.367.572	

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Valor de referência
Carteira própria					
Títulos públicos federais	767.385	1.967.810	13.616.554	16.351.749	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	395.455	-	-	395.455	
Certificados de Recebíveis Imobiliários	747.579	-	-	747.579	
Debêntures	1.225.581	-	-	1.225.581	
Carteira de terceiros					
Títulos públicos federais	10.448.403	1.135.363	-	11.583.766	
Total	13.584.403	3.103.173	13.616.554	30.304.130	

Em 31 de dezembro de 2024, as obrigações por operações compromissadas foram pactuadas a uma taxa média de juros de 12,14% a.a. (11,64% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

5. Títulos e valores mobiliários:

Posição ativa

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil	Valor de referência
Títulos para negociação						
Títulos públicos federais	-	10.157	-	204.842	214.999	214.670
Cotas de fundos de investimento	23.161.638	-	-	-	23.161.638	23.161.638
Debêntures	-	-	50	7.908.010	8.100.361	8.100.361
Certificado de recebíveis imobiliários	-	6.235	1.438	1.242.317	1.319.089	1.319.089
Títulos do exterior	-	-	-	8.228.792	8.423.587	8.423.587
Letras de crédito imobiliário	-	-	10.281	-	10.281	10.281
Ações em companhias abertas	244.728	-	-	-	244.728	244.728
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	3.540	7.538	468.512	479.590	504.406
Títulos disponíveis para venda						
Títulos públicos federais	-	-	288.687	1.735.294	2.023.981	2.323.437
Títulos do exterior	-	873.247	1.606.079	-	2.479.326	2.475.590
Títulos mantidos até o vencimento						
Cédula de produto rural	-	5.737	15.072	191.293	212.102	212.102
Notas comerciais	-	2.003	63.116	2.125.264	2.190.383	2.190.383
Total	23.406.366	900.919	1.992.261	22.104.324	48.403.870	49.180.573

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se na cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores ou modelos de precificação. **Resultado com títulos e valores mobiliários:**

	2º Sem. 2024	2024	2023
Rendas de títulos e valores mobiliários			
Títulos de renda fixa	-	1.015.867	3.124.368
Fundos de investimentos	-	1.157.623	1.868.225
Total	-	2.173.490	4.992.593

6. Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência
Posição Ativa					
Contratos de Opções					
Juros	357.903	8.011	90.623	456.537	3.130.819
Ações	3.708	157.603	23.929	185.240	1.770.416
Moeda Estrangeira	206	27	84.355	84.588	351.529
Commodities	-	-	8.294	8.294	117.718
Contratos de Swap					
Juros	1.665.693	330.194	5.839.474	7.835.361	40.148.882
Ações	83.083	555.445	5.132.430	5.770.958	19.358.482
Moeda Estrangeira	55.678	72.509	2.488.656	2.616.843	15.585.032
Commodities	42.320	52.063	115.507	209.890	496.388
Contratos a Termo					
Juros	1.034.968	-	-	1.034.968	1.034.968
Moeda Estrangeira	7.323	-	18.256	25.579	1.034.993
Total	3.250.882	1.175.852	13.801.524	18.228.258	83.029.227

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência
Posição Passiva					
Contratos de Opções					
Juros	406.678	188.876	2.025.539	2.621.093	35.501.070
Ações	75.969	665.449	5.717.418	6.458.836	1.771.239
Moeda Estrangeira	7.972	16.859	457.879	482.710	301.371
Commodities	-	-	8.285	8.285	117.727
Contratos de Swap					
Juros	1.661.488	991.033	6.505.955	9.158.476	48.578.102
Ações	10.011	23.857	76.728	110.596	514.244
Moeda Estrangeira	54.625	72.182	2.264.653	2.391.460	11.653.921
Commodities	-	42	4.625	4.667	43.478
Contratos a Termo					
Juros	1.250.216	-	-	1.250.216	1.250.216
Moeda Estrangeira	40.968	43.554	18.256	102.778	3.225.208
Total	3.507.927	2.001.852	17.079.338	22.589.117	102.956.576

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência
Posição Ativa					
Contratos de opções					
Moeda	51.045	115.323	619.883	786.251	29.256.013
Juros	-	-	2.722	2.722	24.570
Ações	-	-	28.906	28.906	232.005
Moeda Estrangeira	14.358	4.503	10.086	28.947	26.560.439
Commodities	36.687	110.820	578.169	725.676	2.438.999
Contratos de Swap					
Juros	19.207	194.217	4.547.655	4.761.079	35.898.075
Moeda	9.370	1.053	107.014	117.437	525.684
Juros	599	9.228	116.672	126.499	2.663.737
Ações	6.063	120.062	2.038.921	2.164.946	19.674.626
Commodities	3.175	63.874	2.285.148	2.352.197	13.034.028
Contratos de futuro					
Total	70.252	309.540	5.167.538	5.547.330	65.154.088

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência
Posição Passiva					
Contratos de opções					
Moeda	62.091	241.309	5.886.491	6.189.891	3.360.088
Juros	-	-	2.722	2.722	24.570
Ações	-	-	28.906	28.906	232.005
Moeda Estrangeira	14.358	4.503	10.086	28.947	26.560.439
Commodities	36.687	110.820	578.169	725.676	2.438.999
Contratos de Swap					
Juros	19.207	194.217	4.547.655	4.761.079	35.898.075
Moeda	9.370	1.053	107.014	117.437	525.684
Juros	599	9.228	116.672	126.499	2.663.737
Ações	6.063	120.062	2.038.921	2.164.946	19.674.626
Commodities	3.175	63.874	2.285.148	2.352.197	13.034.028
Contratos de futuro					
Total	26.028	370.484	6.789.766	7.261.027	19.497.041

Os valores de receitas e despesas líquidas com instrumentos financeiros derivativos nos períodos estão demonstrados a seguir:

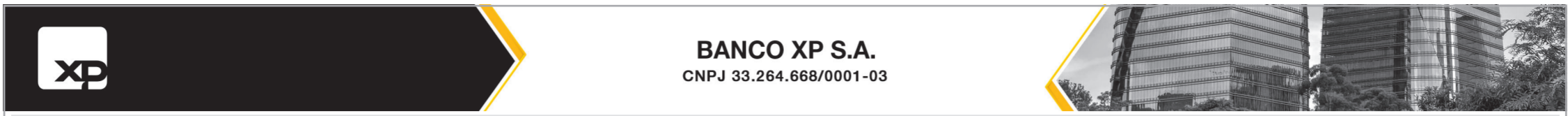
	2º Sem. 2024	2024	2023
Instrumentos financeiros derivativos			
Opções	1.090.608	790.237	109.462
Swap	(2.422.749)	(3.227.352)	1.004.620
Futuros	(235.380)	(344.427)	(19.585)
Termo	23.779	(326.373)	(55.091)
Hedge	1.647.766	2.694.166	493.471
Total	104.024	(413.749)	1.532.877

7. Hedge accounting: O Banco XP possui dois tipos de relações de hedge: hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa. Para fins de hedge contábil, os fatores de risco medidos pelo Grupo são: i) Taxa de Juros: Risco de volatilidade nas operações sujeitas à variação das taxas de juros; ii) Risco Cambial: Risco de volatilidade nas operações sujeitas à variação cambial; iii) Encargos do Plano de Incentivo Baseado em Ações: Risco de volatilidade nos preços das ações da XP Inc, listadas na NASDAQ. A estrutura de limites de risco estende-se ao nível dos fatores de risco, onde limites específicos visam aprimorar os processos de monitoramento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos. As estruturas projetadas para as categorias de taxas de juros e de câmbio levam em consideração o risco total quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Em certos casos, a administração pode decidir fazer hedge de um risco para o prazo do fator de risco e o limite do instrumento de hedge. **a) Hedge de valor justo:** A estratégia de hedge de valor justo do Grupo consiste em proteger a exposição à variação do valor justo no recebimento, pagamento de juros e variação cambial sobre ativos e passivos. A empresa aplica hedges de valor justo da seguinte forma: • Para cobertura da exposição de títulos de Renda Fixa adquirida através da emissão de certificados de operações estruturadas. A estratégia de hedge de risco de mercado envolve evitar flutuações temporárias nos resultados decorrentes de mudanças no mercado de taxas de juros em reais. Uma vez compensado esse risco, o Grupo busca indexar a carteira ao CDI, por meio da utilização de derivativos (DI1 Futuro). O hedge é contratado com o objetivo de neutralizar a exposição total ao risco de mercado da carteira de recursos de renda fixa, excluindo a parcela da remuneração em renda fixa representada pelo spread de crédito do Banco XP S.A., buscando aproximar os prazos e volumes ao máximo possível. • Para a cobertura da exposição de títulos de Renda Fixa adquirida através da compra de ativos emitidos pelo governo brasileiro no Brasil e no exterior (em reais e em dólar). A estratégia de hedge de risco de mercado tem por objetivo evitar flutuações temporárias no resultado derivadas de mudanças nas taxas de juros. • Para a cobertura da exposição a taxas de juros fixas decorrentes da carteira de empréstimos consignados por meio do uso de derivativos. A estratégia consiste em evitar flutuações temporárias nas demonstrações de resultados decorrentes de mudanças no mercado de taxas de juros. • Para a cobertura da exposição a taxas de juros flutuantes decorrentes de operações de empréstimo indexadas ao IPCA (índice de inflação brasileiro) por meio do uso de derivativos. A estratégia consiste em evitar flutuações temporárias nas demonstrações de resultados decorrentes de mudanças no mercado de taxas de juros. **b) Hedge de Fluxo de Caixa:** Em março de 2022, o Grupo registrou uma nova estrutura de hedge, a fim de neutralizar os impactos da variação do preço das ações XP em pagamentos de impostos trabalhistas relacionados ao plano de remuneração baseado em ações usando contratos SWAP-TRS. Os pagamentos de impostos trabalhistas são devidos na entrega de ações aos funcionários sob planos de remuneração baseados em ações e estão diretamente relacionados ao preço das ações neste momento. Os efeitos da contabilidade de hedge na posição financeira e no desempenho do Banco XP são apresentados a seguir:

Estratégias	Objetos de hedge		Instrumentos de hedge	
	Ativos	Passivos	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do hedge
Risco de taxa de juros				
Hedge de notas estruturadas	-	17.671.952	2.727.761	18.273.237
Hedge de crédito consignado	842.210	-	(31.328)	850.579
Hedge de operações de crédito	2.381.358	-	(17.669)	2.377.504
Risco de preço de mercado				
Hedge de plano de remuneração baseado em ações	-	15.019	20.688	16.416
Total	3.223.568	17.686.971	2.699.452	21.517.736

Instrumentos de hedge	Valor Contábil		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do hedge	
	Nominal	Ativos	Passivos	Resultado
Risco de taxa de juros				
Futuros	21.501.320	3.223.568	17.671.952	(2.771.199)
Risco de preço de mercado				
Swaps	16.416	-	15.019	(10.494)

||
||
||



BANCO XP S.A.
CNPJ 33.264.668/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11. Investimentos:

	% de participação societária	Patrimônio líquido em 12/2024		Aquisição/Aumento/Resultado de capital (Redução) de capital		Resultado de equivalência patrimonial		Ágio - Expectativa de rentabilidade futura		Outros efeitos patrimoniais		Dividendos	
		12/2024	12/2023	12/2024	12/2023	12/2024	12/2023	12/2024	12/2023	12/2024	12/2023	12/2024	12/2023
Antecipa S.A.	25%	734	2.903	(1.565)	(604)	(96.981)	(78.350)	8.190	2.060.636	794	794	2.060.636	794
Banco Modal S.A. (bZ)	100%	628.066	2.104.996	8.152.681	122.781	(96.981)	(78.350)	8.190	2.060.636	794	794	2.060.636	794
XP CCTVM (Nota 17)	100%	7.284.062	—	—	479.951	—	—	(946.288)	297.718	(700.000)	7.284.062	—	—
XP Investimentos S.A. (Nota 17)	100%	2.491.931	—	2.108.715	349.982	—	—	61.516	(28.282)	—	2.491.931	—	—
Total		2.107.899	10.259.831	952.110	(96.981)	(78.350)	(876.582)	269.436	(700.000)	11.837.363			

	% de participação societária	Patrimônio líquido em 12/2023		Aquisição/Aumento/Resultado de capital (Redução) de capital		Resultado de equivalência patrimonial		Ágio - Expectativa de rentabilidade futura		Outros efeitos patrimoniais		Dividendos	
		12/2023	12/2022	12/2023	12/2022	12/2023	12/2022	12/2023	12/2022	12/2023	12/2022	12/2023	12/2022
Antecipa S.A.	100%	2.903	40.681	2.000	(3.681)	(36.097)	—	—	—	—	2.903	—	—
Banco Modal S.A. (b)	100%	546.070	—	941.673	105.339	1.197.481	357.268	(496.765)	—	—	2.104.996	—	—
Total		40.681	943.673	101.658	1.161.384	357.268	(496.765)	—	—	2.107.899			

(a) Referem-se ao efeito reflexo das controladas do Banco XP S.A., em decorrência do plano de pagamento baseado em ações e reconhecimento de efeitos da reorganização societária (Nota 17). (b) Em 6 de janeiro de 2022, o Grupo celebrou um acordo vinculante para adquirir até 100% das ações do Banco Modal, através do Banco XP, que seria pago com até 19,5 milhões em novas ações XP Inc. Classe A ou Brazilian Depository Receipts (BDR), implicando em um prêmio de 35% sobre o preço médio dos últimos trinta dias do Banco Modal. As empresas compartilham o objetivo comum de superar as expectativas dos clientes e democratizar o acesso a produtos e serviços financeiros de alta qualidade e baixo custo. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em julho de 2022 e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em junho de 2023. O fechamento da transação ocorreu em 1º de julho de 2023, data esta na qual o Grupo obteve o controle do Banco Modal S.A. Nesta mesma data, o Banco XP pagou aos ex-acionistas do Banco Modal com 18,7 milhões de BDRs da XP Inc. Esse montante reflete o montante inicial de 19,5 milhões de BDRs ajustado pelos juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 82 milhões, distribuídos pelo Banco Modal desde que o acordo vinculante foi assinado até a data do fechamento da transação. (c) Em 06 de junho de 2024, foi deliberado em assembleia geral a distribuição de dividendos no montante total de R\$700.000 pagos ao Banco XP, à vista, em moeda corrente nacional.

12. Depósitos:

	2024				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	1.187.830	—	—	—	1.187.830
Depósitos a prazo	—	20.833.675	21.050.795	12.413.052	54.297.522
Depósitos Interfinanceiros	—	—	370.145	254.449	624.594
Total	1.187.830	20.833.675	21.420.940	12.667.501	56.109.946

15. Outros passivos financeiros:

	12/2024		12/2023	
	Outros passivos financeiros	Total	Outros passivos financeiros	Total
Operações com cartões de crédito	8.037.077	7.222.775	318.802	212.614
Letras de Crédito do Agronegócio	318.802	212.614	359.971	—
Letras de Crédito Imobiliário	359.971	—	3.292.700	—
Captações via emissão de títulos no exterior	3.292.700	—	248.873	677.981
Outros	248.873	677.981	8.610.965	8.113.370
Total	12.257.423	8.113.370	9.646.458	8.113.370

16. Imposto de renda e contribuição social: (a) **Impostos diferidos:** Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4842/20, o Banco XP reconhece contabilmente seus ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias atendendo às seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco XP cumpriu com os requerimentos para compensação dos valores de créditos tributários diferidos e de passivos fiscais diferidos, para fins de apresentação destes saldos nestas demonstrações financeiras, em consonância ao artigo 9º da Resolução CMN nº 4.842/20. Portanto, os saldos apresentados no quadro abaixo, para esta data-base, foram compensados de acordo com a compatibilidade de prazos na previsão de realização de ativos fiscais diferidos e de exigibilidade de passivos fiscais diferidos. Caso não houvesse sido aplicada nenhuma compensação, os saldos totais de ativos e passivos fiscais diferidos do Banco XP seriam de R\$ 16.536.922 e R\$ 16.546.647, respectivamente.

	Saldo Pré		Saldo Pós	
	Balancete em 31/12/2024	Balancete em 31/12/2024	Balancete em 31/12/2024	Balancete em 31/12/2024
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos - Ativo	16.536.922	460.173	16.076.749	—
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos - Passivo	(16.546.647)	(460.173)	(16.086.474)	—
Total de imposto diferidos	(9.725)	—	(9.725)	—

(b) **Movimentação dos impostos diferidos:**

	2024		2023	
	Constituição/ (Realização)	Saldo em 2024	Constituição/ (Realização)	Saldo em 2023
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos	4.924.313	2.462.220	7.386.533	8.690.216
Ágio	1.532	53.940	55.472	86.873
Provisão para PLR	5.213	9.262	14.475	33
RSU	12.863	34.421	47.284	1.584
PCLD e provisões para contingências	21.427	80.043	101.470	139.400
Outras Provisões	44.036	(14.305)	29.732	(119.560)
Total de ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	5.009.384	2.625.582	7.634.966	8.768.814
Prejuízo fiscal e Base negativa	58.335	(34.874)	23.461	179.748
Total de ativo fiscal diferido	5.067.719	2.590.708	7.658.427	8.948.562

(c) **Previsão de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:**

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Total dos impostos diferidos	Total dos impostos diferidos
Até 1 ano	(38.372)	(30.697)	(69.069)	68.651
De 1 a 2 anos	38.139	30.512	68.651	(113)
De 2 a 3 anos	(63)	(50)	(113)	(96.333)
De 3 a 4 anos	(53.518)	(42.815)	(96.333)	617.379
Acima de 4 anos	342.989	274.390	617.379	520.515
Total	289.175	231.340	520.515	147.542

O valor presente total de créditos tributários constituído, líquido do passivo fiscal diferido, é de R\$ 82.969 (R\$ 133.477 em 31 de dezembro de 2023), e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias apresentadas no quadro anterior. As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem premissas macroeconômicas e de juros representando adequadamente a expectativa de retorno da Administração. (d) **Conciliação do imposto de renda e da contribuição social:**

	2024		2023	
	Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	Resultado antes da tributação sobre o lucro	Resultado antes da tributação sobre o lucro	Resultado antes da tributação sobre o lucro
Participação de empregados no lucro	696.783	(237.760)	53.969	(71.641)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	642.814	(309.401)	100.543	93.745
(+) adições permanentes	—	—	(1.325.606)	(258.507)
(-) exclusões permanentes	—	—	(582.248)	(474.163)
(=) Lucro real resultado ajustado	642.814	(309.401)	100.543	93.745
IRPJ CSLL corrente e diferido	262.012	213.374	—	—
(-) Efeito adicional	—	—	—	24
(-) Incentivos fiscais	—	—	4.079	1.066
(-) Outros efeitos	—	—	—	(63)
Despesa de IRPJ CSLL	262.012	213.374	4.079	1.066
Corrente	—	—	—	(80.263)
Diferido	262.012	213.374	—	—
Total	380.802	(9.725)	96.464	(86.873)

17. **Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 10.111.407, dividido em 7.943.854.552 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (R\$ 1.600.010, dividido em 1.270.799.069 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023). (b) **Aumento de capital:** Em 24 de maio de 2024 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, tendo em vista a incorporação da XP Investimentos S.A., o aumento de capital do Banco XP, mediante a emissão de 1.656.676.372 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 2.108.715. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 14 de novembro de 2024. Em 08 de fevereiro de 2024 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, a redução de capital do Banco XP no montante de 1.750.000, sem cancelamento de ações da Companhia, com a consequente restituição de capital à única acionista da Companhia, em moeda corrente nacional. A redução de capital foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 07 de maio de 2024. Em 01 de novembro de 2023 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital do Banco XP, mediante a emissão de 5.016.379.111 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 8.152.681, em decorrência da incorporação de ações da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 05 de janeiro de 2024. Em 31 de julho de 2023 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital do Banco XP, mediante a emissão de 670.799.069 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R\$ 1.000.000. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 17 de outubro de 2023. Em 29 de março de 2023 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital do Banco XP no valor total de R\$ 10, sendo subscrito e integralizado mediante a emissão de todas as ações de emissão do Banco Modal, resultando na emissão, pela Companhia, em favor dos acionistas do Banco Modal titulares das ações incorporadas, de uma ação preferencial mandatoriamente resgatável para cada uma ação ordinária de emissão do Banco Modal que foi incorporada pela Companhia no contexto da Incorporação de Ações. (c) **Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até atingir 20% do

21. Despesas administrativas:

	2º Sem.		
	2024	2024	2023
Despesas de pessoal	66.906	113.717	190.645
Proventos	52.363	82.344	145.121
Benefícios	5.697	11.589	13.435
Encargos sociais	7.847	16.845	30.712
Outras	999	2.941	1.377
Despesas de amortização	97.096	197.667	96.650
Despesas de depreciação	241	482	168
Outras despesas administrativas	61.233	105.558	73.632
Despesas de processamento de dados	15.076	28.427	22.058
Despesas de serviços de terceiros	14.411	29.180	31.845
Despesas de serviços técnicos especializados	10.197	14.617	13.523
Despesas judiciais e legais	4.006	8.694	2.935
Outros	17.543	24.640	3.271
Total	225.476	417.424	361.095

22. **Outras receitas/(despesas) operacionais:**

	2º Sem.		
	2024	2024	2023
Outras receitas operacionais	38.602	169.437	16.232
Receitas com incentivos	25.000	113.000	—
Outras	13.602	56.437	16.232
Outras despesas operacionais	(20.929)	(36.565)	(59.292)
Doação	—	(2.476)	(8.963)
Tarifas diversas e outras	(20.929)	(34.089)	(50.429)
Total	17.673	132.872	(43.060)

23. **Transações com partes relacionadas: (a) Transações comerciais e contratuais com partes relacionadas:** No curso normal de seus negócios, as empresas do Grupo XP realizam operações comerciais e financeiras com o Banco XP em condições normais de mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Banco XP efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

	Tipo de relacionamento	2024		2023	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponibilidades	Relacionada	—	11.790	—	—
Disponibilidades	Controlada	19.122	—	—	—
Aplicações em operações compromissadas	Controlada	12.474.464	—	—	—
Aplicações em operações compromissadas	Relacionada	—	7.303.907	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	Controlada	88.446	140.940	—	—
Outros ativos	Controlada	1.822	335	—	—
Outros ativos	Controladora	—	7.412	—	—
Outros ativos	Relacionada	—	316	—	—
Passivo					
Instrumentos financeiros derivativos	Controlada	67.162	140.940	—	—
Obrigações por operações compromissadas	Controlada	33.317.236	—	—	—
Obrigações por operações compromissadas	Relacionada	—	26.966.877	—	—
Depósitos	Relacionada	—	557.819	—	—
Depósitos	Controladora	—	260.433	—	—
Depósitos	Controlada	1.404	—	—	—
Letras financeiras	Relacionada	—	16.358	—	—
Letras financeiras	Controlada	2.665	—	—	—
Outros passivos financeiros	Relacionada	—	201	—	—
Outros passivos	Controlada	25.117	154	—	—
Outros passivos	Controladora	—	23.539	—	—
Outros passivos	Relacionada	—	15.049	—	—

(b) **Honorários da diretoria:**

	2024		2023	
	Remuneração do pessoal chave da administração	Honorários da diretoria	Remuneração do pessoal chave da administração	Honorários da diretoria
Honorários da diretoria	(3.767)	(3.060)	(3.767)	(3.060)
Total	(3.767)	(3.060)	(3.767)	(3.060)

24. **Determinação do valor justo:** O Banco XP avalia instrumentos financeiros e derivativos, pelo valor justo no final do período de cada demonstração financeira. Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotados nestes mercados. Os instrumentos financeiros incluídos como nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros representantes da dívida pública do Brasil e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, bolsas de valores). Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que basicamente fazem o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para determinação do valor justo do ativo ou passivo financeiro forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados como nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros emitidos por entidades privadas e instrumentos financeiros negociados em mercado secundário. Nível 3: Se um ou mais insumos significativos não forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 3. Os valores justos foram avaliados para fins de mensuração com base nos métodos abaixo. • **Ativos financeiros (exceto derivativos)** - O valor justo dos títulos é determinado por referência aos preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Se não houver preço de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas observáveis e pelas taxas de mercado na data de apresentação. • **Swap** - Essas operações trocam o fluxo de caixa com base na comparação da rentabilidade entre dois indexadores. Assim, o agente assume as duas posições - put em um indexador e call em outro. • **Termo** - pelo valor de cotação de mercado, sendo as parcelas a receber ou a pagar prefixadas para uma data futura, ajustadas a valor presente com base nas taxas de mercado divulgadas na B3. • **Futuros** - Taxas de câmbio, preços de ações e commodities são compromissos de compra ou venda de um instrumento financeiro em data futura, por um preço ou rendimento contratado e podem ser liquidados em dinheiro ou entrega. As liquidações diárias em dinheiro dos movimentos de preços são feitas para todos os instrumentos. • **Opções** - os contratos de opções dão ao comprador o direito de comprar o instrumento a um preço fixo negociado em uma data futura. Aqueles que adquirem o direito devem pagar um prêmio ao vendedor. Este prêmio não é o preço do instrumento, mas apenas um valor pago para ter a opção (possibilidade) de comprar ou vender o instrumento em uma data futura por um preço previamente acordado. • **Outros ativos e passivos financeiros** - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pelas taxas observáveis e de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras. • **Operações de crédito** - o valor justo é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados pelas taxas observáveis e de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

	2024		2023	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros				
Aplicações interfinanceiras de liqu				



BANCO XP S.A.
CNPJ 33.264.668/0001-03

★ continuação

	2023			Valor Justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Instrumentos financeiros					
derivativos	-	7.261.027	-	7.261.027	7.261.027
Certificados de operações					
estruturadas	-	18.506.454	-	18.506.454	18.506.454
Letras financeiras	-	8.523.216	-	8.523.216	8.520.992
Carteira de câmbio	-	1.359.757	-	1.359.757	1.359.757
Obrigações com					
empréstimos	-	1.219.979	-	1.219.979	1.217.349
Outros passivos financeiros	-	8.117.612	-	8.117.612	8.113.370

As transferências de entrada e saída dos níveis da hierarquia do valor justo são analisadas ao final de cada demonstração financeira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não houve transferências entre Nível 2 e Nível 3. **25. Programa de participações nos lucros:** O Banco XP possui programa de participação nos lucros e/ou resultados para seus funcionários. Esse programa não é extensivo para a Diretoria. Essa participação tem como data-base os meses de junho e dezembro, e os pagamentos aos funcionários são realizados nos meses de agosto e fevereiro, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi provisionado para fins de distribuição, na rubrica Obrigações sociais e estatutárias, o valor de R\$ 53.969 (R\$ 32.573 em 31 de dezembro de 2023). **26. Limites operacionais (Acordo de Basileia):** O Banco XP adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando como base os dados financeiros do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2024, atingiu o índice de 11,60% (16,15% em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Capital regulamentar		
Capital principal (Nível I)	7.406.366	8.856.615
Nível I (Principal + Complementar)	9.381.322	8.856.615
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	10.212.052	8.856.615

Ativos ponderados pelo risco

	2024	2023
RWA	88.407.564	54.830.906
Índice de Basileia (PR/RWA)	11,55%	16,15%

27. Gerenciamento de risco: A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado. A estrutura organizacional está delineada de acordo com as recomendações propostas pelo Acordo de Basileia, onde são formalizadas as políticas, procedimentos e metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Tais processos de gerenciamento de riscos estão ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente, no que tange a formulação de análises de impacto, planos de continuidade, planos de recuperação de desastres, planos de backup e gerenciamento de crises. **(a) Risco de mercado:** A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

aceitáveis pela instituição e atender a estratégia de negócios e limites definidos pelo Comitê de Risco. Com as regras formalizadas, o departamento de risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e o de reportar ao Comitê todos os eventos atípicos. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível na sede da instituição. Os controles para a mensuração da exposição do risco de mercado utilizados são conceituados e amplamente utilizados no mercado, estes são: • **Value At Risk (VAR):** é o valor em risco de uma carteira e pode ser entendido como uma estimativa de perda máxima em condições normais de mercado, dado um nível de confiança de 95% de certeza para o horizonte de tempo de 1 dia; e • **Stress test:** é um método para medir potenciais perdas advindas de eventos extremos de mercado, através de projeções de cenários críticos e de baixa probabilidade. É um mecanismo que demanda a discussão de cenários futuros e entendimento da vulnerabilidade das carteiras sob circunstâncias improváveis, que auxilia na revisão dos limites internos de exposição ao risco. **(b) Análise de sensibilidade:** De acordo com as informações de mercado, o Banco XP realizou a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas, por fator de risco, em cada um dos cenários foram apresentadas com um impacto nos lucros ou prejuízos, fornecendo uma visão da exposição por fator de risco do Grupo em cenários excepcionais. As análises de sensibilidade não consideram a dinâmica de funcionamento das áreas de risco e tesouraria, uma vez que, uma vez detectadas estas perdas, são rapidamente desencadeadas medidas de mitigação do risco, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Carteira de Negociação	Fatores de Risco	2024			
		Exposições	Cenários		
		Risco de Variação em:	I	II	
Pré-fixado		Taxa de juros prefixadas em reais	(6)	(9.016)	(31.749)
		Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(35)	(5.775)	(11.539)
		Taxas de câmbio	(101)	(2.527)	(5.055)
		Taxas de cupons de inflação	(516)	(106.875)	(232.511)
		Preços de ações	(257)	(6.427)	(12.853)
			(915)	(130.620)	(293.707)

Carteira de Negociação	Fatores de Risco	2023			
		Exposições	Cenários		
		Risco de Variação em:	I	II	
Pré-fixado		Taxa de juros prefixadas em reais	(56)	(15.029)	(30.288)
		Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(62)	(8.504)	(16.709)
		Taxas de câmbio	(9.234)	(96.818)	(69.799)
		Taxas de cupons de inflação	(12)	(311)	(621)
		Preços de ações	(434)	(10.848)	(21.696)
			(9.798)	(131.510)	(139.113)

(c) Risco de liquidez: A política de gerenciamento de risco de liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição a risco de liquidez da Instituição. O processo de gerenciamento do risco de liquidez prevê procedimentos de identificação, mensuração e controle à exposição ao risco de liquidez, levando em consideração as condições de mercado atuais e previsões futuras na elaboração de cenários para projeções dos fluxos de caixa em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez encontra-se disponível na sede da instituição. **(d) Risco de crédito:** O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de risco que visa garantir o cumprimento do determinado na política do Conglomerado Prudencial e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados. O documento de Gestão de Riscos estabelece sua política de crédito com base na composição da carteira por título, por rating interno de emissor e/ou emissão, na atividade econômica, na *duration* da carteira, nas variáveis macroeconômicas, dentre outros fatores. O departamento de Análise de Crédito também está ativamente envolvido nesse processo e é responsável por avaliar o risco de crédito de emissões e emissores com os quais mantém ou pretende manter relações de crédito, utilizando-se também de metodologia interna de atribuição de risco de crédito (*rating*) para classificar a probabilidade de perda das contrapartes. As análises realizadas são apresentadas ao Comitê de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte. A revisão dos créditos avaliados no Comitê de Crédito é realizada periodicamente pela Área de Análise de Crédito, de acordo com normas e metodologias internas. A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza. **(e) Risco operacional:** O Conglomerado Prudencial possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional alinhada com as expectativas regulatórias e melhores práticas de mercado, que engloba a elaboração de políticas e procedimentos para identificação, avaliação, classificação, monitoramento e reporte dos riscos, de modo a prestar à Diretoria uma visão holística dos riscos identificados, seu grau de exposição, bem como a evolução da implementação de controles mitigatórios. Tais diretrizes e procedimentos também abrangem a mitigação do risco de continuidade de negócios, incluindo suas estratégias e planos de contingência para assegurar a recuperação das operações em situações de crises. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível na sede da instituição. **28. Estrutura de gerenciamento de capital:** Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, do Bacen, o Conglomerado Prudencial adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Conglomerado Prudencial de forma temporária, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. A descrição da estrutura encontra-se disponível em nosso site.

29. Resultado não recorrente:

	2024	2023
Eventos não recorrentes		
Doações	-	(4.302)

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

José de Menezes Berenguer Neto CEO e Diretor	Victor Andreu Masnur Farinassi Diretor	Fabrcio Cunha de Almeida Diretor	Leonardo Antonio Cardoso Diretor	Thiago Simões Maffra Diretor
	Rodrigo Santana Passos Góes Controller		Rogério Bessa Junior Contador - 1SP298461/O-6	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Banco XP S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco XP S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Provisão para perdas associadas ao risco de crédito - (Notas 3(e) e 8):** O saldo de operações de crédito da Instituição é composto, principalmente, por empréstimos garantidos por ativos financeiros de clientes do Conglomerado XP. A Instituição mensura a provisão para perdas associadas ao risco de crédito considerando as determinações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 2.682/99. No cumprimento dessa norma, a administração da Instituição exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para definição do risco de crédito das contrapartes das operações. O uso de julgamentos e premissas de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa incorreta da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Considerando a relevância da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, bem como pelos aspectos subjetivos associados ao risco de crédito, esse assunto é uma área de foco em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros, atualização do entendimento e testes sobre os controles internos relevantes para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Realizamos também testes sobre transações relacionadas a: (i) aderência das principais premissas adotadas pela administração com as normas do Banco Central do Brasil; (ii) integridade das bases de dados utilizadas; (iii) análise da aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados. Também analisamos a coerência das informações divulgadas em notas explicativas. Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração na mensuração e registro da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** O processamento de transações da Instituição, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, podem, eventualmente, se materializados, causar processamento incorreto de transações críticas, acessos indevidos a sistemas e

dados, e, consequentemente, transações não autorizadas processadas e erros nos controles automatizados dos sistemas aplicativos. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. Com o auxílio de nossos especialistas em Tecnologia da Informação, realizamos o entendimento dos ambientes de Tecnologia da Informação e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados ao gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas, sistemas e dados, operação/processamento de sistemas e segurança física do centro de processamento de dados. Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia relacionados às aplicações nos processos de negócios relevantes da Instituição. **Porque é um PAA: Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Para obter evidências necessárias e suficientes em nossa auditoria das demonstrações financeiras, foi necessário executar testes documentais adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas pelos sistemas, dos relatórios automatizados e, quando necessário, aplicação de procedimentos utilizando base de dados analíticas, de forma a permitir um espectro maior de teste e evidência. Também, em complemento aos procedimentos já mencionados, realizamos, em base amostral, a revisão dos lançamentos contábeis para verificar se as transações processadas foram devidamente autorizadas. Os resultados desses procedimentos nos permitiram concluir que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Instituição. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 31 de março de 2025

PWC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Paulo Putini
Contador CRC 1SP212529/O-8



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>